

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH
1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO
2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI
1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI
2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME
3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES
4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA
5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Durval Amaral
Líder da Oposição Waldyr Pugliesi
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Luiz Traiano
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Luciana Rafagnin
PDT Luiz Carlos Zuk
PSL Luiz Carlos Martins
PL Pastor Edson Praczyk
PPS Marcos Isfer

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

Nº

Nº 160 CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 11 DE DEZEMBRO DE 2002 ANO XXVIII

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 103ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
11 DE DEZEMBRO DE 2002**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Eli Ghellere e Cesar Seleme.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSC: Fernando Guimarães; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pesutti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Antonio Baratter, Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PPS: Cezar Silvestri e Marcos Isfer (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:**Requerimentos:**

REQUERIMENTO Nº 2666

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido, emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 11.12.2002.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 2665

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, a diminuição do interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 11.12.2002.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 2672

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, com fundamento no artigo 107 do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o douto Plenário, diminuição de interstício e transformação das Sessões Plenárias a serem realizadas até o final deste período legislativo, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei a seguir relacionados:

- 741/2002, cria cargo de Procurador Geral no Tribunal de Contas;

- 728/2002, Mensagem 053/2002, limites do parque do Boguaçu, e

- 662/2001 - Código de Organização e Divisão Judiciária.

Sala das Sessões, em 11.12.2002.

(a) DURVAL AMARAL

Apoioamento:

Plauto Miró Guimarães, Duílio Genari, Elio Rusch, Luiz Accorsi, Ademar Traiano, Divanir Braz Palma, Nelson Tureck, Valdir Rossoni, Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Carlos Martins, Cesar Seleme, Chico Noroeste, Sérgio Spada, Ricardo Maia, e Luiz Carlos Alborghetti.

REQUERIMENTO Nº 2673

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, com fundamento no artigo 107 do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o douto Plenário, diminuição de interstício e transformação das Sessões Plenárias a serem realizadas até o final deste período legislativo, em Comissão

são Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei a seguir relacionados:

- 741/2002, cria cargo de Procurador Geral no Tribunal de Contas;

- 728/2002, Mensagem 053/2002, limites do Parque do Boguaçu, e

Sala das Sessões, 11.12.2002.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Plauto Miró Guimarães, Duílio Genari, Valdir Rossoni, Luiz Accorsi, Divanir Braz Palma, Luiz Carlos Martins, Carlos Simões, Nelson Tureck, Hidekazu Takayama, Sérgio Spada, Ademar Traiano, Cesar Seleme, Hermas Brandão, Elio Rusch, Luiz Carlos Alborghetti, Chico Noroeste e Ricardo Maia.

REQUERIMENTO Nº 2677

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada por uma Sessão do Projeto de Lei nº 640/2002, item 13 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 11.12.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2664

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário envio de votos de congratulações ao autor do livro “Quase um Escriba”, senhor Luis Carlos Marcon.

Requer ainda, que desta decisão, seja cientificado o respectivo homenageado, na Rua Maranhão, 1707, Cascavel, Paraná, CEP - 85.806-050 - Centro.

Sala das Sessões, em 11.12.2002.

(a) ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

Nestes dias de tantas agruras e de incertezas que angustiam o ser humano, é bom que “um quase escriba” se debruce sobre a miséria do ser humano, miséria hilária, bem melhor que a fortuna massacrante.

Parabéns por esta iniciativa. Registro nos anais do Parlamento Paranaense, tua atitude, coragem, inteligência e perspicácia.

O ato de escrever liberta o homem. Esta coragem de escrever as vivências de “iguais” tão “diferentes”, cria um marco da competência, criatividade e leveza de espírito que como poucos tu tens.

“Quase um escriba” registra o cotidiano que faz rir. O Cotidiano puro e singelo de pessoas que ainda habitam este planeta.

Tu és orgulho para todos nós que convivemos juntos, todos os tipos de momentos.

REQUERIMENTO Nº 2671

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão “votos de congratulações” para o Hospital Erasto Gaertner e ao serviço de Cirurgia Abdominal, por ter sido o vencedor entre os trabalhos apresentados na XIII Assembléia Cirúrgica do Colégio Brasileiro de Cirurgiões com o tema “Resposta da Fase Aguda na Síndrome de Muir-Torre”, apresentado pela residente Dr. Janicelli Blanca Hablich. Destaca-se o Hospital Erasto Gaertner ainda, por funcionar como hospital-escola, requalificando profissionais no serviço médico e incentivando a pesquisa científica.

Requer ainda, que se dê ciência ao doutor Masakazu Kato, chefe do Serviço de Cirurgia Abdominal do Hospital Erasto Gaertner, através de correspondência a ser encaminhada ao Hospital Erasto Gaertner - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 11.12.2002.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 2674

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Ângelo Virgolino Crusara e Eliane Crusara, que completa anos de união conjugal, celebrando “Bodas de Prata”. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho.

Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificaram ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Léis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 11.12.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2668

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUER, votos de louvor ao advogado tributarista, senhor José Alexandre Saraiva, responsável pela coluna “Em Dia com o Leão”, publicada pela Gazeta do Povo às segundas-feiras, que no dia 28 de novembro de 2002, pelo recebimento do prêmio concedido pelo Centro de Estudos do Imposto de Renda e pela Comissão de Avaliação do Prêmio Cefix 2002 aos

melhores trabalhos publicados em matéria de Direito Tributário.

Solicito a especial gentileza em notificar o interessado acerca do voto em apreço até o dia 17.12.2002, na Rua Presidente Farias, nº 51, conjunto 803 à 805 - Centro, nesta capital, CEP 80.020-918.

Sala das Sessões, em 11.12.2002.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 2667

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Dr. José Tavares, secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a tomada imediata de decisão, a fim de que seja construída a Casa de Custódia de Cascavel, nos termos e padrões das existentes nas Cidades de Curitiba e Londrina.

Essa solicitação está amparada no documento "A Carta de Cascavel", assinada pelas mais altas autoridades do município e da região, tendo em vista as péssimas condições de utilização e funcionamento da Cadeia Pública de Cascavel (15ª SDP) agravadas pela ocorrência da rebelião recentemente acontecida em data de 09 de dezembro de 2002.

Outrossim, requeremos, em virtude do grave problema de ordem de segurança social, retro mencionado, o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para que Exmo. Secretário de Segurança se pronuncie sobre o pedido da sociedade cascavelense.

Sala das Sessões, em 11.12.2002.

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2675

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de retirar o pedido dos pais de alunos do Colégio Estadual Elias Abrão, sito à Av. Souza Naves - Bairro Cristo Rei, feito através do nosso requerimento LCM/AL/20.833 datado de 05.06 do corrente (cópia anexa), referente ao policiamento ostensivo no horário de saída das aulas e também nas proximidades do Supermercado Pão de Açúcar, face a ocorrência de muitos assaltos. Segundo os requerentes, o pedido não foi atendido e os assaltos continuam ocorrendo, motivo de tal reivindicação.

Sala das Sessões, em 11.12.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2676

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário que seja encaminhado expediente ao

Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo nas ruas no Bairro Jardim Jurema - Rio Pequeno - município de São José dos Pinhais, tendo em vista que vândalos roubam fios dos aparelhos telefônicos públicos e danificam-os, impedindo os moradores de chamarem pelo socorro policial quando necessitam. Há muitos desocupados no bairro e os moradores encontram-se sem segurança, motivo pelo qual reivindicam tal policiamento.

Sala das Sessões, em 11.12.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei:

PROJETOS DE LEI Nº 772/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento do Quilômetro Trinta e Oito (Km 38), com sede no município de Nova Esperança do Sudoeste na Comarca de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.12.2002.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 02 de agosto de 1999, a Associação de Desenvolvimento do Quilômetro Trinta e Oito (KM 38), tem por finalidade estudar as condições sociais e econômicas, bem como assistenciais do bairro, objetivando defender os interesses coletivos dos associados buscando melhorar a qualidade de vida de seus membros.

A documentação inclusa comprova que a Associação de Desenvolvimento do Quilômetro Trinta e Oito (KM 38) preenche todos os requisitos legais exigidos para a declaração de Utilidade Pública, eis que: possui personalidade jurídica, estando devidamente registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Francisco Beltrão; está em efetivo funcionamento há mais de 3 anos; não tem fins lucrativos; presta desinteressadamente serviços à comunidade e sua diretoria não é remunerada a qualquer título.

Além disso, anexamos também a Ata de Eleição da Diretoria atual, bem como o Relatório de Atividades do último ano.

Contamos com o apoio dos nobres pares desta Casa para a aprovação do presente Plano de Lei.

PROJETOS DE LEI Nº 773/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Adquirentes de Imóveis Financiados ASSAIF, com sede e Foro na Comarca de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.12.2002.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 08 de janeiro de 2001, a Associação dos Adquirentes de Imóveis Financiados - ASSAIF tem por finalidade estudar as condições sociais e econômicas, bem como assistenciais, objetivando defender os interesses coletivos dos associados buscando melhorar a qualidade de vida de seus membros.

A documentação inclusa comprova que a Associação dos Adquirentes de Imóveis Financiados - ASSAIF preenche todos os requisitos legais exigidos para a declaração de Utilidade Pública, eis que: possui personalidade jurídica, estando devidamente registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Curitiba está em efetivo funcionamento há mais de 1 ano; não tem fins lucrativos; presta desinteressadamente serviços à comunidade e sua diretoria não é remunerada a qualquer título.

Além disso, anexamos também a Ata de Eleição da Diretoria atual, bem como o Relatório de Atividades do último ano.

Contamos com o apoio dos nobres pares desta Casa para a aprovação do presente Plano de Lei.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não há expediente a ser lido.

Passamos ao Pequeno Expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor presidente, senhores deputados.

No raiar de mais uma legislatura, após 20 anos de Parlamento no Estado do Paraná, aonde não vendi a minha alma, recebo a carta de Cascavel, endereçada ao Exmo. Sr. governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, endereçada ao senhor secretário de Segurança Pública, José Tavares. Eles pedem, senhores parlamentares, através da sociedade legítima que é a capital do Oeste do Paraná, a nossa querida Cascavel, eles externam nesta Carta Aberta à imprensa cascavelense, principalmente a "Gazeta do Paraná", uma preocupação que a imprensa cascavelense, rádio, jornais, televisão, pedem socorro, clamam por socorro, providências urgentes, necessárias para a solução dos graves problemas da ordem de segurança social que passa a família e os filhos de Cascavel. Péssimas condições de utilização e funcionamento da cadeia pública de Cascavel, agravadas pela última rebe-

lião, que eu tenho as imagens ocorrida no dia 09 de dezembro agora.

Considerando as consequências danosas da rebelião noticiada para as instalações físicas e para a manutenção da segurança pública dos próprios detentos e de toda a sociedade cascavelense face aos estragos impetrados.

Considerando, senhores parlamentares, a necessidade de uma solução definitiva para o fato da superlotação da cadeia pública de Cascavel, projetada inicialmente para abrigar 140 detentos e hoje Cascavel tem 400 presos. A cadeia é para 140 e existe lá, deputado Algaci, deputado Chab, quatrocentos!

Veja, nós que há 16 anos pertencemos à Comissão de Segurança Pública deste parlamento, gritamos, imploramos, ajoelhamos, nos humilhamos, mas entra por um ouvido e sai pelo outro.

Cascavel está gritando, a precária condição nojenta, asquerosa, imunda que vive o setor penitenciários do Oeste do Paraná. A cadeia é para 140 e tem 400! A sociedade cascavelense, nesse ato representada pelos poderes constituídos e a sociedade civil organizada, em todos os seus matizes, reivindica urgentes providências do Poder Público Estadual na pessoa do senhor governador Jaime Lerner, como na pessoa do senhor presidente da Assembléia Legislativa, Hermas Brandão, como na pessoa dos senhores deputados Algaci Tulio, Ricardo Chab, Luiz Carlos Alborghetti, na nossa eterna Comissão de Segurança Pública, que só prestou serviços à família paranaense.

Deputado Algaci, Cascavel nos pede isso, a imediata decisão a fim de ser construída a Casa de Custódia de Cascavel. Se construíram em Curitiba, se construíram em Londrina, se construíram em Maringá, se construíram em Guarapuava, por que não em Cascavel? Cascavel só serve para se pedir votos em época de eleição? Só para isso serve Cascavel? Não! Cascavel pede, exige, a família cascavelense quer uma Casa de Custódia nos mesmos padrões existentes nas cidades de Curitiba, de Maringá, de Londrina! Não adianta se criticar a nossa gloriosa Polícia Militar, não adianta agredir a Polícia Civil, não adianta agredir esse Parlamento!

Assina a carta de Cascavel o prefeito Edgard Bueno: Dr. Paulo, juiz de direito: Sr. Rosalvo Elias, juiz de direito; Dr. Valmir Sózio, delegado chefe; tenente-coronel Amauri Ferreira Lima, comandante do 6º BPM; Rogério Francisco Stein, presidente da Associação Comercial e Industrial de Cascavel; Carlos Beal, vice-presidente do Sindlogista; Dra. Carmem de Fátima, secretária interina da administração; Dr. Marcus Volskiroli, vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil de Cascavel; Dr. Altair Gomes da Silva, presidente da Câmara Municipal de Cascavel; Dr. Aurélio José, promotor de Justiça; Dr. Sérgio, juiz de direito; Dr. Tadeu Mello, delegado adjunto; Dr. Paulo, presidente da Conseg; Dr. Eleno, presidente da Amic; Dr. André Bueno, vice-presidente da CDL; chefe de gabinete, engenheiro,

Roberto; Dr. Kenedy Machado, procurador jurídico do município.

Quero que seja aprovado esse requerimento, por favor, pelo amor de Deus.

Estou encaminhando o requerimento, deputado Algaci e gostaria que V. Exa. e o deputado Chab assinassem comigo, a Comissão de Segurança; estou encaminhando ao secretário José Tavares, em 48 horas.

É uma pena que o mandato termina amanhã. Mas a imprensa cascavelense sabe desta carta, sabe daquilo que estamos pedindo. Não quero assinar sozinho. Eu, o senhor e o deputado Chab, nós que representamos a Comissão de Segurança neste parlamento, nós que demos a vida pela Segurança, que defendemos a gloriosa Polícia Militar, a nossa Polícia Civil, o nosso glorioso Ministério Público, o Poder Judiciário, mas acima de tudo, a família e os filhos do nosso Estado.

Estou pedindo em 48 horas para que o secretário de Segurança Pública me diga, diga a este parlamento, diga ao presidente, diga ao deputado Algaci, ao deputado Chab, à nossa Comissão de Segurança, à imprensa de Cascavel, a essas autoridades de Cascavel: se a cadeia é para 140 presos, tem 400. Porque, construir Casa de Custódia em todo o Paraná e Cascavel está esquecida.

Concedo aparte ao deputado Algaci Tulio.

O Sr. Algaci Tulio

Deputado Alborghetti, V. Exa. traz para esta Casa um grito de desespero de uma comunidade, de uma cidade, de um povo que não aguenta mais, que não suporta a insegurança de que é vítima diariamente.

Estamos vendo o Governo do Estado, no apagar das luzes, inaugurando penitenciárias em vários cantos deste Paraná. no entanto temos, ainda, as velhas cadeias públicas sendo locais frágeis para fugas e para os motins, para as rebeliões que ocorrem como a que verificou-se em Cascavel nestes últimos dias. Nós até entendemos que fazer a obra da nova penitenciária é importante, mas não adianta apenas fazer a mídia da obra que está inaugurando e esquecer as obras que estão aí já feitas há muito tempo e que precisam de reformas! V. Exa. não sabe a luta que tivemos: eu, o deputado Marcos Isfer em relação à questão da cadeia pública de Paranaguá, que constantemente era furada com a ponta da caneta aquele concreto já vencido pelo tempo e ocorreram as fugas. Assim foi em Ponta Grossa recentemente e o deputado Luiz Carlos Zuk sabe disso. Quer dizer, se faz uma obra nova numa penitenciária mas se esquece de recuperar aquela que está servindo ainda, como um setor importante para o recolhimento daqueles que acabaram cometendo seus delitos.

Quero me somar a V. Exa. e dizer quando nós presidiávamos a CPI do Narcotráfico e Crime Organizado, corremos por este Paraná afora e pudemos verificar a fragilidade, a carência de estrutura na área da segurança pública. E dizer que, lamentavelmente, estamos chegando ao final de um governo que não deu a devida resposta

nesta área. Na área da Segurança Pública um governo que deixa o poder, ficou devendo muito, mas muito mesmo, para a sociedade paranaense.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Concedo o aparte ao deputado Ricardo Chab.

O Sr. Ricardo Chab

Antes de mais nada, quero parabenizá-lo pelo assunto que o leva à tribuna, um documento em mãos, da sociedade civil organizada de Cascavel. Ouvindo o Algaci Tulio, ouvi a sua pessoa, todos nós aqui, no Plenário, a gente faz uma profunda reflexão. Ora, o governo está terminando, o governo não está inaugurando algumas obras, algumas penitenciárias novas que ficarão fechadas, e nós estamos dentro de um caos! Isso que aconteceu em Cascavel e quem assistiu pela televisão, viu o terror que representou, não só para aquela comunidade carcerária, mas sim, para toda sociedade. tanto que a sociedade fez a reunião e tirou um documento pedindo para que algo seja feito de emergencial. E o senhor coloca muito bem quando diz que algumas penitenciárias foram inauguradas, mas em outras cidades, tudo ficou como era antes! Ou seja: o sistema carcerário do Estado do Paraná falido, literalmente falido e nós sabemos, todo mundo aqui sabe se um preso entra hoje no Sistema Carcerário do Estado do Paraná, não se preocupa. Pelo contrário, sai pior do que entrou, porque ele acaba, na verdade fazendo este curso superior que o senhor está dizendo, que é a universidade do crime.

Acho que o Governo, de bom alvitre, deveria ter uma atitude emergencial, na cidade de Cascavel, não só a remoção dos presos que lá estavam, mas sim, fazer com que a colocação de V. Exa., nessa tribuna, prevaleça na cidade: é a capacidade para 140. São 140 e não 360 e não 400, como nós vimos aqui em vários distritos policiais e ainda continuam! Em que pese nós termos aí a inauguração da cadeia pública, aqui no vizinho município de Araucária, que eles falam cadeia pública de Curitiba.

Se se fez um pouco, deputado, agora falta fazer muito e não é à toa que o governador eleito, Roberto Requião, com quem estive junto desde os primeiros passos da campanha, dizia e disse em todos os seus comícios que quando ele ganhasse o governo, seria ele o secretário da Segurança Pública por, pelo menos, 90 dias, para ajeitar a Segurança. Essa é a esperança de todos nós!

Muito obrigado.

O Sr. Neivo Beraldin

Deputado Alborghetti, quero aproveitar este aparte que V. Exa. me concede, com muita satisfação, até porque V. Exa. esteve sempre nos grandes momentos, nesta tribuna, revelando as injustiças e revelando também os fatos e o comportamento desigual do governo e por que não dizer, de algumas autoridades.

Mas o que me leva à reflexão é saber que a Sanepar destinou, para um único veículo de comunicação, num

único dia, um milhão de reais, um milhão, redondo! É saber que o governo gastou mais de 500 milhões de publicidade e propaganda e está aí a questão da Segurança, a questão do desemprego, está aí o tratamento desumano dentro das nossas penitenciárias.

Evidentemente nós temos que enfrentar estas verdades, por inteiro e estas verdades eu quero acreditar que devem estar colocadas aqui, dentro do Parlamento. Aqui é onde a população tem a possibilidade de dar eco às injustiças e às improbidades administrativas!

Encerro por aqui, cumprimentando V. Exa. mais uma vez, desejando muitas felicidades a V. Exa., deputado Alborghetti, à vossa família, e dizer que foi uma satisfação enorme conviver com V. Exa., nesta Parla-mento. Quero acreditar que voltaremos, no futuro, a con-viver, porque tenho certeza V. Exa. voltará a esta Casa e o destino poderá nos reservar uma nova possibilidade de convivência, no Parlamento!

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Agradeço a todos, gostaria só, como estou de par-tida, vou cuidar da minha vida profissional, no rádio e na televisão mas não vou deixar de defender a gloriosa Polí-cia Militar do meu Estado! Ela não pode pagar pelos erros capitais de outros! Não vou deixar de defender a Polícia Civil, honesta, que trabalha pela família! O nosso Poder Judiciário, o nosso Ministério Público.

E peço ao deputado Elio Rusch, aos deputados do Oeste, do Sudoeste, pelo amor de Deus, acompanhem este pedido, este socorro da família e dos filhos cascave-lenses que querem segurança, segurança e segurança para a família e os filhos de Cascavel que representa hoje a capital do Oeste do Paraná!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Concedo a palavra ao deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados:

Em 1968 eu era cabo eleitoral aqui em Curitiba, do candidato a vereador, Enéas Farias. Morava na Vila Gui-lhermina, ali do lado da Vila Fany. Em 1968, a Vila Gui-lhermina aqui em Curitiba não tinha uma escola, não tinha ponto de ônibus, porque não tinha ônibus, não tinha luz e eu bati na porta do radialista e comunicador, um dos melhores e maiores comunicadores que o Paraná já teve, respeitando os demais do ramo, que é, precisamente, Enéas Farias. O apoiei, como vereador da capital e quis Deus que o meu candidato a vereador, Enéas Farias, fosse o vereador mais votado em Curitiba, naquela época.

Senhores deputados, se fala muito que os deputa-dos se aposentam com um mandato, que vivem de apos-entadoria. O senador Enéas Farias foi vereador, fez parte da direção da Câmara de Curitiba, como 1º secretário, foi o deputado estadual, pelo MDB, mais votado do Paraná, foi deputado federal e honrou esse Estado em Brasília,

como 1º secretário do Congresso Nacional. E o senador Enéas Farias, senhores deputados, senhores jornalistas da imprensa que dão cobertura, não recebe sequer um cen-tavo de aposentadoria nenhuma! É uma resposta que ele dá a todos aqueles que pensam que um deputado, num mandato ou dois, se aposenta!

Senhor presidente, senhores deputados. O senador Enéas Farias, lá em Brasília, como 1º secretário, propor-cionou ao município que eu era prefeito, ao município de Mandirituba, que eu fosse o primeiro prefeito do Brasil a oferecer transporte gratuito em todo território de Mandi-rituba, Fazenda Rio Grande e ainda, proporcionou, junta-mente com o então prefeito de Curitiba, Roberto Requião, que Fazenda Rio Grande, Mandirituba e Curi-tiba fossem os municípios primeiros, do Brasil, a implan-tar o sistema de integração de transporte.

Concedo aparte ao deputado Luiz Carlos Martins.

O Sr. Luiz Carlos Martins

Apenas para parabenizar V. Exa. que presta uma justa homenagem a uma das vozes mais bonitas do rádio brasileiro. E nós temos muito orgulho, o Enéas é radia-lista e uma das vozes mais bonitas do rádio brasileiro.

Parabéns, Enéas.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, senhores deputados. O senador Enéas Farias enfrentou o que nós chamamos a força unida ao dinheiro do Paraná que se usa em campanhas políticas. O senador Enéas Farias, como 1º secretário do Senado, pela sua humildade, simpatia, lealdade, ele quando usava, - como o deputado Luiz Carlos Martins lembrou muito bem, no Congresso, sua voz como 1º secretário era realmente uma admiração e respeito pela forma como conduzia o seu trabalho de locução. Senhor presidente, senhores deputados, o senador Enéas Farias, 1º secretário do senado, se candidatava de novo ao posto à sua reeleição, e a força da política do Paraná acharam que tinham que eleger o homem mais rico, o senador que foi eleito, que foi o senador biônico, o senador Afonso Alves de Camargo.

O Governador daquela época, as lideranças consti-tuídas quase que na sua totalidade do MDB e outros seg-mentos, se uniram e todos, inclusive, o capital, poder econômico se jogou a favor de Afonso Camargo que era um senador biônico. Aquele que tinha a origem do voto da urna, foi massacrado. E hoje eu estava comentando com o Enéas, quando precisávamos trazer o senador Paulo Brossard, que estava em Campo Grande - Mato Grosso, para fazer aqui a sua campanha em favor do Enéas, ninguém tinha sequer uma folha de cheque para pagar o avião para trazer o senador, para ajudar o Enéas Farias, aqui no Comício na Capital do Estado.

Eu tive a honra de me associar. Trouxemos o sena-dor, mas o poder econômico nos esmagava e o senador Enéas passou a ser uma das maiores vítimas da política do Paraná, porque não tinha recursos financeiros. Coisa

que aconteceu meu amigo Enéas, logo a seguir quando V. Exa. era candidato a prefeito de Curitiba. Também pelo fato de não termos recursos financeiros, uma vez mais a história mudou no Paraná. Fez uma história bonita V. Exa. Concedo o aparte ao também radialista, companheiro Ricardo Chab.

O Sr. Ricardo Chab

É muito oportuna essa homenagem que V. Exa. faz ao ilustre senador da República - Enéas Farias, a quem tive a honra em 1980 de ser seu repórter.

Então hoje quando o vi, lembrei-me daquele tempo de 1980, quando era repórter do ilustre cidadão Curitiba, ilustre paranaense Enéas Farias, 1º secretário do senado. E acho que essa Assembléia, o senhor vai continuar, eu encerro meu período nessa Casa, deve render uma grande homenagem ao homem público Enéas Farias. Isso num futuro bem próximo, porque nós os paranaenses somos assim senador Enéas Farias, me desculpe! Mas nós nos esquecemos muito facilmente das figuras de outrora. E a figura de um passado tão recente.

Então acho que nós, hoje eu, o senhor em especial se penitência fazendo essa linda homenagem. Mas devemos algo mais grandioso a essa figura pública, ao Enéas Farias. O meu abraço e um prazer recebê-lo hoje, de coração e ele sabe que as histórias que V. Exa. contou, eu olhava e via nos olhos dele, àquela coisa da alegria, da discussão política de um passado tão recente que já foi esquecido. Parabéns, deputado Geraldo Cartário e em especial o nosso convidado de honra nessa tarde o senador Enéas Farias.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Antes de conceder um aparte ao deputado Algaci Tulio, nós queremos lembrar senador Enéas Farias, da sua participação junto com o deputado hoje, Presidente da Assembléia Hermas Brandão, junto com Jayme Canet Júnior, na Fundação do PP - Partido Popular, partido que V. Exa. comandava - junto com Jayme Canet e outras Lideranças aqui no nosso Estado do Paraná. Concedo o aparte ao deputado Algaci Tulio.

O Sr. Algaci Tulio

Deputado Geraldo Cartário, nós no momento que chegávamos na Assembléia no início da tarde, nos encontramos com o senador Enéas Farias no elevador e dizíamos da nossa alegria em revê-lo, porque sabemos dos problemas que passou com a sua saúde, recentemente perdeu a sua mãe e tudo isso abate o cidadão, mas eu tive o privilégio de trabalhar no rádio com Enéas Farias, na televisão e fomos palanques separados na eleição de 88, para a Prefeitura de Curitiba. Enéas Farias disputou com este parlamentar aquela eleição e depois eu abri mão para o Jaime Lerner que em menos de doze dias, ganhou a eleição.

Enéas Farias, a exemplo do falecido Maurício Fruet, quem sabe, sejam os dois políticos mais injustiça-

dos neste Paraná. Foram pessoas que deram muito de si e deram acima de tudo muito para os seus Partidos que às vezes, não os reconheceram. Por isso, quando V. Exa. hoje presta homenagem a esta figura, como disse o deputado Luiz Carlos Martins, uma das vozes mais bonitas do rádio e da televisão brasileira, não só do Paraná e mantém ainda esse vozeirão, sem dúvida alguma é um orgulho para todos nós recebê-lo aqui, companheiro Enéas Farias. Você sabe que a nossa amizade não tem nada com questão política, é muito antes disso, é amizade do rádio, da comunicação. Sabe do respeito que tenho pelo seu irmão, o Fajardo, uma figura de um conhecimento jurídico extraordinário.

Quero portanto, me somar a esta homenagem e dizer da alegria e satisfação que temos em recebê-lo aqui nesta tarde. Sem dúvida alguma, V. Exa. engrandece a política do Paraná e a política brasileira.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senador Enéas Farias, embro com saudades daqueles companheiros, do Pimentel, Presidente da Câmara, daquela luta, ele arenista, V. Exa. emedebista com toda a força e convicção. Eu me lembro, senador Enéas Farias do quanto V. Exa. lutou pelo seu MDB, porque foi V. Exa. responsável em lançar candidato a deputado federal, o Gamaliel, o Leite Chaves que saiu do movimento que V. Exa. organizou juntamente com as grandes lideranças como Waldir Pugliesi que aqui está hoje, sempre emedebista daquela época e tantos outros companheiros.

Eu gostaria senhor presidente Hermas Brandão que no ano que vem esta Casa prestasse uma homenagem digna de enaltecer uma das maiores figuras políticas do nosso Estado do Paraná que, sem dúvida nenhuma, é o senador Enéas Farias. Muito se falou de Enéas Farias, inclusive se falou realmente sempre bem, quando falavam que você namorava filha de Presidente, de Embaixadores nunca ninguém falou que V. Exa. era corrupto ou era desonesto. Sempre a grande dificuldade que fica na sua passagem pela política do nosso Estado e do Brasil, Enéas Farias sempre sofreu por falta de dinheiro, para enfrentar os poderosos.

Obrigado e até a próxima homenagem que certamente iremos lhe prestar em nome do povo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não há oradores inscritos no Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças.

No Horário das Liderança do PMDB, concedo a palavra ao deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, quero também, em nome do PMDB, render as nossas homenagens ao nosso ilustre visitante, senador da República, Enéas Faria.

Lembro-me desde que militava no movimento estudantil do Paraná a importância fundamental que o

senador Enéas Faria tinha ao nosso partido, o PMDB. E por isso, meu caro senador, temos por V. Exa. o maior respeito, e a vossa trajetória com certeza ajudou a fazer com que o PMDB fosse esse partido forte, arraigado na vida do povo paranaense; e o senhor ajudou a construir este patrimônio valioso para todos nós, que é a história do PMDB, um partido forte, um partido de militância, um partido que tem na sua estrutura a participação de todos os segmentos da vida paranaense e brasileira. Por isso, senador Enéas Faria, V. Exa. tem o nosso reconhecimento, o nosso respeito e a nossa amizade.

Mas eu quero também, deputado Hermas Brandão, aproveitar esta oportunidade para dizer aqui aos deputados e deputadas com os quais convivemos durante tantos anos aqui dentro deste Parlamento, com os quais vivemos momento de tanta emoção, de divergências, de combate e de convergências, quero aqui desta tribuna, hoje quando fazemos a penúltima reunião legislativa deste mandato, quero aqui agradecer do fundo do coração o convívio que eu tive com todos os senhores e as senhoras; agradecer pelos ensinamentos que tive, agradecer pela amizade, pelo carinho, pelo respeito. Durante esses quatro anos convivemos aqui nesta Assembléia, que é a Casa do povo do Paraná, brigando, lutando para dar ao Paraná uma vida melhor, especialmente ao nosso povo.

Quero que V. Exas., aqueles deputados que não estarão aqui mais a partir do ano que vem, levem nos seus corações a nossa amizade e a nossa consideração. Quero também aproveitar para pedir desculpas, para pedir perdão se porventura, no calor do debate, no calor das emoções, nós magoamos alguém, faltamos com o respeito com alguém, quero pedir aqui humildemente desta tribuna, perdão, desculpas; porque na verdade o que quis nesse período foi trabalhar pelo Paraná, foi cumprir com o meu mandato, respeitando com dignidade os votos que tive como deputado estadual.

E tenho, senhor presidente e senhores deputados, a consciência tranqüila de que fizemos o melhor, de que lutamos e combatemos o bom combate, temos esse sentimento presente na nossa alma e no nosso coração. Desta forma quero hoje, que é a penúltima Sessão Legislativa Ordinária desta Casa, me despedir aqui desta tribuna, deste mandato, dizendo que foi muito bom conviver com os senhores e com as senhoras, porque cresci como pessoa, cresci como ser humano, aprendi muitas coisas e quero ter a felicidade de ter a amizade de vocês para o resto da minha vida.

Fica aqui este manifesto em meu nome, e tenho certeza, em nome de todos os deputados que compõem a Bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados.

A razão da minha presença na tribuna se prende ao fato de estarmos recebendo aqui a visita do nosso companheiro de sempre, o ex-senador Enéas Faria.

Tivemos uma caminhada durante muitos anos nos tempos mais difíceis para trazermos de volta ao país o regime democrático.

Não foi fácil fazermos a organização partidária que precisávamos para fazer a transformação que o povo do Paraná exigia de todos nós. Aprendi ao longo de todos esses anos, logicamente sempre tendo uma divergência aqui e outra ali, aprendi a admirar o Enéas Faria.

Portanto, Enéas Faria, você que desempenhou com competência, com dignidade, mandatos que lhe foram outorgados pela população do Paraná, como nós que estamos aqui, nunca paramos de fazer as coisas. O mandato muitas vezes não é renovado, continua de uma outra forma no desempenho de outras missões. Ganhei e perdi tantas eleições, mas, ao longo de todos esses anos não caímos desanimados no meio do caminho. Não nos entregamos, Enéas, à corrupção. Esse é um patrimônio que você pode deixar, que é o mais valioso. A honestidade no trato do dinheiro público, na decência com que desempenhou os mandatos que lhe foram dados pelo povo do Paraná.

Estamos aqui para começarmos daqui a pouco uma tarefa de governar o Paraná. O governador Roberto Requião fez uma proposta ao povo do Paraná, que aceitou, de maneira muito clara, cristalina. E caberá a todos nós, e peço-lhe, da maneira que for possível, que você nos ajude a governar o Paraná daqui a pouco, quando assumiremos os destinos administrativos deste Estado.

Daqui a pouco não estarei nesta Casa, mas aquele conjunto de ideais que sempre tivemos, esse conjunto restará de maneira indelével, poderia dizer até de maneira imortal. Porque quem luta pela liberdade, pela justiça, pela dignidade humana não fica velho, não termina a sua missão, estaremos aí para continuarmos essa caminhada de sempre, que nunca vai terminar.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Caíto Quintana, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2665, de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessão Extraordinária, logo após a presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2657, de autoria do deputado Durval Amaral, com apoio dos deputados Fernando Guimarães, Ademar Traiano, Duílio Genari, Nelson Garcia e demais deputados, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando transformação e diminuição de interstício da Sessão Plenária até o dia 15 de dezembro próximo, em Comissão Geral de Plenário para a discussão e votação dos projetos de lei a seguir relacionados: 696, 705, 608, 618, 628, 652, 740, 763, 764, 765, 766/2002 e Mensagem nº 060/2002. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2662, de autoria do deputado Ademar Traiano, com apoio dos deputados Ricardo Maia, Nelson Tureck, Valdir Rossoni, Luiz Carlos Alborghetti e demais deputados, constantes do expediente de Sessão anterior, solicitando a diminuição de interstício e transformação das Sessões Plenárias a serem realizadas até o final deste período legislativo em Comissão Geral de Plenário, para discussão e votação dos Projetos de Lei a seguir relacionados: 479, 264, 771, 200 e 731/2002. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 286/2000, de autoria do deputado Antonio Anibelli, que autoriza o Poder Executivo a proibir em todo o território do Estado do Paraná, as óticas que venderem lentes de contato coloridas ou de grau sem apresentação da receita de médico oftalmologista. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 286/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proibir, em todo o território do Estado do Paraná, as óticas que venderem lentes de contato, coloridas ou de grau sem a apresentação da receita prescrita por médico oftalmologista.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09.12.2002.

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 033/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Provopar Municipal de São José da Boa Vista, com sede e foro nesta cidade. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 033/2002
A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Provopar Municipal de São José do Boa Vista, com sede no município de Boa Vista e foro no município de Wenceslau Braz.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10.12.2002.

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 073/2002, de autoria do deputado Fernando Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a isentar o pagamento da taxa de emissão da 1ª via da cédula de identidade, aos alunos da rede pública de ensino estadual e municipal. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 007/2002, de 27/02/2002).

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 205/2002, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que estabelece requisitos para criação, autorização de funcionamento e abertura de novas vagas, avaliação e reconhecimento dos recursos dos cursos de graduação na área médica, das instituições de educação superior integrantes do Sistema Estadual de Educação. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 205/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - os processos de criação, autorização de funcionamento e de abertura de novas vagas, acompanhamento, avaliação, reconhecimento dos cursos de graduação na área médica, das instituições de educação superior integrantes do Sistema Estadual de Educação, ficam subordinadas às disposições da presente lei.

Art. 2º - A solicitação de cursos de graduação na área médica, por universidades e demais instituições de educação superior, deverá ser encaminhada ao Conselho Estadual e ao Conselho Nacional de Saúde.

§ 1º - Na avaliação feita pelo Conselho Estadual de Educação deverão ser consideradas as condições da entidade mantenedora do estabelecimento de ensino, da estrutura do curso, da qualidade dos seis recursos didático-pedagógicos e de sua manutenção.

§ 2º - Para atender o requisito de manutenção, a instituição de ensino responsável pela criação de curso de graduação na área médica deverá comprovar dotação orçamentária específica para sua completa implantação, bem como formas de sustentação financeira, a médio e longo prazos.

Art. 3º - O Conselho Estadual de Educação deverá encaminhar a matéria ao Conselho Estadual de Saúde, para que se manifeste, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, sobre os aspectos de sua competência.

Art. 4º - Compete ao Conselho Estadual de Saúde analisar e avaliar, com audiência prévia do Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná, da Associação Médica do Paraná e do Sindicato dos Médicos do Estado do Paraná, as solicitações de criação dos cursos a que se refere a presente lei e qualquer dos seus aspectos correlatos, emitindo parecer conclusivo e terminativo, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, no que respeite à observância da necessidade social e dos requisitos indispensáveis estabelecidos, conjuntamente, pelas entidades médicas nacionais.

§ 1º - As entidades médicas estaduais deverão se pronunciar no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, sobre a necessidade social e o preenchimento ou não dos requisitos indispensáveis para a criação, implantação, aumento ou redução de vagas e suspensão ou manutenção dos cursos.

§ 2º - O pronunciamento devidamente fundamentado das entidades médicas será tido como de considerável relevância.

Art. 5º - O pronunciamento das entidades médicas, no que diz respeito à necessidade social, deverá levar em conta os seguintes critérios:

- a) a relação entre o número de médicos devidamente registrados no Conselho Regional de Medicina e o número de habitantes no Estado do Paraná;
- b) a relação entre a taxa de crescimento anual da população e a de médicos;
- c) o número de faculdades e vagas nos cursos de medicina.

Art. 6º - As instituições que tiverem seus projetos de criação de curso aprovados e aquelas que estiverem em funcionamento serão objeto de avaliação permanente pelos Conselhos Estaduais de Educação e de Saúde, os quais não dispensarão, para tanto, a colaboração das entidades médicas especializadas no artigo 4º, tendo em vista o objetivo comum de ver assegurada a qualidade do ensino e a efetiva implantação do que houver sido proposto.

§ 1º - Identificadas deficiências de ensino e/ou irregularidades no processo de avaliação, às instituições responsáveis será concedido o prazo de 1 (um) ano para que as mesmas sejam sanadas.

§ 2º - Esgotado o prazo, a reavaliação que então se fará poderá resultar na suspensão temporária ou desativação dos cursos autorizados.

§ 3º - O reconhecimento do curso ficará condicionado aos resultados da avaliação prevista neste artigo.

Art. 7º - Sob o princípio de cooperação entre os entes federativos, o Conselho Estadual de Educação e o Conselho Estadual de Saúde manifestar-se-ão previamente junto aos Conselhos Nacionais de Educação e de Saúde, sempre que houver a intenção de instituições de educação superior, vinculadas ao Sistema Federal de Educação, instalarem cursos na área da saúde, no território paranaense.

Sala das Comissões, em 09.12.2002.

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 287/2002, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que autoriza o Poder Executivo a tornar obrigatório a realização do teste de acuidade visual e auditiva na rede pública estadual de ensino e dá outras providências. **Aprovado. (Publ. no DA nº 055/2002, de 07/05/2002).**

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 535/2002, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Brasileira de Adolescência - Asbra, com sede e foro no município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 618/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a compensar os débitos decorrentes de ativos do Banestado. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DE PLENÁRIO. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ À EMENDA Nº 01. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 08

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 725/2002, de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no município de Campina Grande do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 09

3ª DISCUSSÃO - de Decreto Legislativo nº 002/2001, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que susta as Resoluções nºs 2617/2001 e 2618/2002, da Secretaria de Estado da Educação e a 3357/2001, da Secretaria de Estado da Administração. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. COM EMENDA DA CCJ.

APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 10

3ª DISCUSSÃO - de Decreto Legislativo nº 004/2002, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que susta a Resolução nº 168 de 22 de janeiro de 2002, da Secretaria de Estado da Educação. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 160/2002, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que dispõe sobre a comprovação da qualidade de estudante nas situações que especifica, no âmbito do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE.

Sobre o referido projeto, emendas de plenário em nº de 02 (duas) de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, devidamente apoiadas nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO, Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 160/2002

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 160/2002, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, e que “dispõe sobre a comprovação da qualidade de estudante nas situações que especifica, no âmbito do Estado do Paraná”, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - A qualificação da situação jurídica de estudante, para efeito de obtenção de descontos concedidos sobre o valor efetivamente de obtenção de descontos em estabelecimentos de diversão e eventos culturais, esportivos e de lazer, será feita pela exibição de documento de identificação emitido pelas entidades nacionais de representação estudantil”.

Parágrafo Único - As entidades representativas dos estudantes do ensino superior e médio são a União Nacional de Estudantes - Une, e a União Brasileira de Estudantes Secundaristas - Ubes, respectivamente.

Sala das Sessões, em 11.12.2002.
(a) MARCOS ISFER

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, José Maria Ferreira, Waldyr Pugliesi e Nereu Moura.

EMENDA CORRETIVA DE PLENÁRIO Nº 02

O artigo 3º do Projeto de Lei nº 160/2002, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, e que “dispõe sobre a comprovação da qualidade de estudante nas situações que especifica, no âmbito do Estado do Paraná”, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.

Sala das Sessões, em 11.12.2002.

(a) MARCOS ISFER

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Waldyr Pugliesi, José Maria Ferreira e Nereu Moura.

O Projeto retorna à CCJ.

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 200/2002, de autoria do deputado Marcos Isfer, que estabelece normas voltadas à responsabilidade na gestão social do Estado. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDHC.

Como há Emenda de Plenário retorna-se à Comissão Geral. Estará depois na Comissão Geral.

Designamos para relatar a referida emenda o deputado Edson Strapasson.

O SR. EDSON STRAPASSON

Senhor presidente, o projeto de autoria do deputado Marcos Isfer nº 200/2002 estabelece normas voltadas à responsabilidade na gestão social do Estado. Quanto ao parecer da emenda proposta pelo deputado Nereu Moura, quanto à parte constitucional nós damos parecer favorável à sua tramitação. Portanto, parecer favorável quanto à constitucionalidade. É esse o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em discussão o parecer.

Senhores deputados que aprovam o parecer do deputado Edson Strapasson permaneçam como estão. **Aprovado.**

Em votação o Projeto do deputado Marcos Isfer ressaltada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.**

Emenda Modificativa de Plenário. **Aprovada.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - de Projeto de Lei nº 640/2002, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que disciplina o funcionamento de clubes, academias, escolas de iniciação desportiva e outros estabelecimentos que ministrem atividades físicas, desportivas, recreativas e de lazer e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2677, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 01 (uma) Sessão. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 01 (uma) Sessão do Projeto de Lei nº 640/2002.

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 696/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 048/2002, que aprova termos do inciso IV do art. 3º da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, as tabelas correspondentes à base de cálculo do IPVA, em valor venal e ao respectivo

imposto, em quantidade de Fator de Conversão e Atualização- FCA, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

Como o referido projeto está incluído no requerimento que foi aprovado hoje e que inclui na Comissão Geral, passo para relatar o referido projeto, referente ao IPVA, o deputado Ademar Traiano.

Por gentileza, gostaria de pedir ao relator para ler as emendas apresentadas. Ler a emenda antes de relatá-la.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Faço a leitura das emendas do Projeto nº 696/2002.

(Procede à leitura das emendas)

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO
DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 696/2002**

Inclua-se onde couber, no texto da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995:

“Ficam isentos do pagamento do Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, as Escolas Especiais, cujo o número de veículos não exceda a 03 (três)”.

Sala das Sessões, em 10.12.2002.

(a) CESAR SELEME

Apoioamento:

Sérgio Spada, Ademar Traiano, Divanir Braz Palma, Ricardo Maia.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

A alínea “a” do § 3º do art. 11, de que trata a alteração 1º, passa a ter a seguinte redação:

Art. 11-.....

§ 3º -.....

“a) 20% (vinte por cento) do valor devido, para pagamento até o último dia do mês de janeiro”.

Sala das Sessões, em 10.12.2002

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

Apoioamento:

Ademar Traiano, Sérgio Spada, Luiz Carlos Alborghetti, Basílio Zanusso.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03

Inclua-se onde couber, no texto da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995:

“Aos proprietários de veículos automotores registrados no Estado do Paraná, que não cometerem infrações de trânsito no ano em curso, será concedido desconto de 15% (quinze por cento) no pagamento do Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, no exercício subsequente, além das condições normais estabelecidas na presente Lei”.

Sala das Sessões, em 10.12.2002

(a) SÉRGIO SPADA

Apoioamento:

Luiz Carlos Alborghetti, Divanir Braz Palma.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 04

Inclua-se onde couber, no texto da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995:

“Ficam isentos do pagamento do Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA os proprietários de táxis, cujo número máximo de veículos não exceda a 02 (dois).

Sala das Sessões, em 10.12.2002

(a) SÉRGIO SPADA

Apoioamento:

Luiz Carlos Alborghetti, Divanir Braz Palma.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 05

A presente Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 696/2002, que tem por objetivo acrescentar parágrafo ao artigo 23 da Lei nº 11.280 /95, alterar-lhe o *caput*, conforme redação a seguir:

“Art. 23 - Os créditos tributários vencidos relativos ao IPVA, inclusive os inscritos em dívida ativa, ajuizadas ou não, poderão ser pagos em até 10 (dez) parcelas, mensais e sucessivas, conforme critério fixado por meio de instrução da Secretaria de Estado da Fazenda.

§ 2º - As disposições deste artigo, aplicam-se também às multas estaduais e taxas de estadia de veículos automotores devidas ao Detran-PR”.

Sala das Sessões, em 10.12.2002

(aa) DIVANIR BRAZ PALMA

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

ADEMAR TRAIANO

BASÍLIO ZANUSSO

SÉRGIO SPADA

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 06

Art. 1º - Fica introduzida, no Projeto de Lei nº 696/2002, uma modificação relativa ao número de parcelas concedidas para o pagamento à prazo do IPVA, com a seguinte redação, onde couber:

O pagamento do imposto poderá ser feito em 10 (dez) parcelas iguais, mensais e consecutivas, sendo a primeira no mês de fevereiro e a última no mês de novembro, de acordo com o calendário previsto em instrução da Secretaria de Estado da Fazenda”.

Sala das Sessões, em 10.12.2002

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Apoioamento:

Luiz Carlos Martins, Edno Guimarães, Fernando Guimarães, Sérgio Spada, Miltinho Pupio, Luiz Carlos Zuk, Divanir Braz Palma.

JUSTIFICATIVA:

A alteração 1ª do artigo 1º do Projeto de Lei nº 696/2002, de iniciativa do Poder Executivo, estabelece que o IPVA poderá ser pago em até 03 (três) parcelas iguais, mensais e consecutivas, sendo a primeira no mês de fevereiro e a última no mês de abril.

A presente emenda concede um prazo maior, em até 10 (dez) parcelas e tem por objetivo não onerar demasiadamente o proprietário de veículo automotor de forma a não inibir o comércio de veículos que representa parcela importante da economia paranaense.

Senhor presidente, senhores deputados: analisando as seis emendas apresentadas pelo diversos parlamentares desta Casa sob o aspecto legal, constitucional, não há nada que impeça a sua norma tramitação.

Portanto, somos de parecer favorável.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, pela ordem.

(Assentimento).

Gostaria de uma cópia das emendas, senhor presidente, porque não temos e fica difícil avaliá-las.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estão sendo preparadas para entregar a V. Exa.

Suspendo por um minuto, até fornecer ao deputado Nereu Moura, as cópias.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Reiniciamos os trabalhos.

Está em votação o Projeto de Lei nº 696/2002, ressaltadas as emendas. Mas antes de votarmos o projeto temos que votar o Parecer do relator, deputado Ademar Traiano referente às emendas.

Está em votação o Parecer do nobre deputado Ademar Traiano.

Senhores deputados que aprovam o parecer permanecem como estão. **Aprovado.**

Pela Ordem, deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, em entendimento com o nobre líder deputado Nereu Moura e também conversando com subscritores das emendas, eu transmitir a V. Exa. e ao mesmo tempo requerer a retirada de todas as emendas propostas ao IPVA em entendimento com os autores dessas emendas obviamente, com exceção da emenda de autoria do deputado Divanir Braz Palma que parcela a dívida ativa referente ao IPVA em até 10 parcelas. A Emenda nº 05.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

As demais emendas estão retiradas por solicitação do Líder e dos autores.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Louvo a atitude do deputado Durval Amaral na condição de Líder do Governo, mas temos uma emenda que é extremamente importante, que é a das APAE's, que é aquela que consigna a isenção para até 3 veículos, não é nada de mais e ajuda as instituições de educação especial.

Gostaria que houvesse a concordância tanto do Líder do Governo, como do Líder do PMDB deputado Nereu Moura para que esta emenda pudesse ser acolhida.

Não é nenhum prejuízo para o Estado, nenhuma queda de arrecadação expressiva. E ela vem em contribuição a um setor extremamente importante da sociedade, que neste momento agradecerá o entendimento desta Casa nessa direção.

Rogo ao deputado Nereu Moura e ao deputado Durval Amaral para que pudéssemos fazer o resgate desta emenda.

O SR. NEREU MOURA

Deputado, o deputado Cesar Seleme já retirou a emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já retirou e já está decidido.

Em votação o Projeto ressaltada a Emenda nº 05 de autoria do deputado Divanir Braz Palma. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda. Com a palavra o deputado Divanir Braz Palma autor da emenda.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, só queria, aqui, cumprimentar a Liderança do Governo Durval Amaral e a Liderança da Oposição Nereu Moura, pelo entendimento, peço a compreensão ampla por favor da coletividade do Paraná. Sabemos que o IPVA é um imposto no Paraná o mais baixo de todo o território nacional, mais a parte das multas e estadia, muitas vezes alteram significativamente o valor desses impostos que incidem sobre os veículos automotores. E também trazem consequências sérias para aqueles proprietários que muitas vezes têm essas multas e não sabem como pagá-las.

Então, quero parabenizar por esse entendimento, porque com esse parcelamento em 10 vezes esses impostos vencidos, essas multas e estadias vai dar uma grande oportunidade para os proprietários de veículos colocarem em dia os pagamentos desses débitos. E o Estado também tem a ganhar porque vai fazer recebível o que em condições normais não teria.

Então, foi de grande felicidade esse entendimento. Quero parabenizar a todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação a emenda do senhor deputado Divanir Braz Palma, Emenda nº 05 de Plenário.

Aprovada.

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 731/2002, de autoria do deputado Nereu Moura, que cria o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná - FUNCB, institui as taxas de serviços e de exercício do Poder de Polícia. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 742/2002, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública a Fundação Santa Marta de Combate ao Câncer, de Jaguariaíva, com sede e foro na referida cidade, Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 148/2002 de 02.12.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 742/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Plauto Miró Guimarães, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Fundação Santa Maria de Combate ao Câncer de Jaguariaíva, com sede e foro no município de Jaguariaíva.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 6.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09.12.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 743/2002, de autoria do deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a APM da Escola Municipal Sebastião José Monteiro - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede em Mariluz e foro em Cruzeiro do Oeste. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 148/2002, de 02.12.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 743/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres - APM da Escola Municipal Sebastião José Monteiro - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede no município de Mariluz e foro no município de Cruzeiro do Oeste.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável, na forma da Emenda Substitutiva Geral anexa.

Sala das Comissões, em 09.12.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
AO PROJETO DE LEI Nº 743/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres- APM da Escola Municipal Sebastião José Monteiro - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede no município de Mariluz e foro no município de Cruzeiro do Oeste.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 09.12.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 744/2002 de autoria do deputado Caíto Quintana, que declara de utilidade Pública a Escola Municipal Laudelino Rosa de Mello - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede no município de Mariluz e Foro na Comarca de Cruzeiro do Oeste. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 148/2002, de 02.12.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 744/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Escola Municipal Laudelino Rosa de Mello - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede no município de Mariluz e foro no município de Cruzeiro do Oeste.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da Emenda Substitutiva Geral anexa.

Sala das Comissões, em 09.12.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 744/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Escola Municipal Laudelino Rosa de Mello - Educação

Infantil e Ensino Fundamental, com sede no município de Mariluz e foro no município de Cruzeiro do Oeste.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 09.12.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 745/2002, de autoria do deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a Escola Rural Municipal Augusta Gutierrez Lopes - Ensino Fundamental, com sede em Mariluz e foro em Cruzeiro do Oeste. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 148/2002, de 02.12.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 745/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Escola Municipal Rural Municipal Augusta Gutierrez Lopes - Ensino Fundamental, com sede no município de Mariluz e foro no município de Cruzeiro do Oeste.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa.

Sala das Comissões, em 09.12.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 745/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Escola Municipal Rural Municipal Augusta Gutierrez Lopes - Ensino Fundamental, com sede no município de Mariluz e foro no município de Cruzeiro do Oeste.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 09.12.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 746/2002, de autoria do deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a Escola Municipal Manoel Ribas Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede em Mariluz e foro em Cruzeiro do Oeste. PARECER FAVORÁVEL

DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 148/2002, de 02.12.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 746/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Escola Municipal Manoel Ribas - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede no município de Mariluz e foro no município de Cruzeiro do Oeste.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da Emenda Substitutiva Geral anexa.

Sala das Comissões, em 09.12.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 746/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Escola Municipal Manoel Ribas - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede no município de Mariluz e foro no município de Cruzeiro do Oeste.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 09.12.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 748/2002, de autoria do deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Jardim Floresta, com sede no município de Planalto e foro em Capanema. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 148/2002, de 02.12.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 748/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Jardim Floresta, com sede no município de Planalto e foro no município de Capanema.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº

8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09.12.2002

(aa) CARLOS SIMÕES - Presidente

BASÍLIO ZANUSSO - Relator

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 752/2002, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas Chaleira Preta, com sede e foro no município de Guarapuava. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 149/2002, de 03.12.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 752/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas Chaleira Preta, com sede e foro no município de Guarapuava.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissão, em 09.12.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Quero aproveitar a oportunidade para registrar, aqui, a presença dos vereadores de Pato Branco, presidente da Câmara Municipal e também o vereador Gilson Marcondes e o Marcari, que estão aqui presentes.

Mas peço a Questão de Ordem, senhor presidente, porque gostaria de ter a seguinte informação de V. Exa.: tinha um projeto ontem, na pauta que em 2ª discussão recebeu uma emenda do deputado Nereu Moura e eu gostaria de solicitar que este projeto fosse incluído.

Não sei se faço esse pedido tardiamente, mas que fosse incluído em Comissão Geral de Plenário para que fosse analisado e voltasse à nossa apreciação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. tem que apresentar um requerimento por escrito e colocaremos em votação.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Está bem, vou fazer o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2672, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, com apoio dos

senhores deputados Plauto Miró Guimarães, Duílio Genari, Elio Rusch, Luiz Accorsi e demais senhores deputados, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício e transformação das Sessões Plenárias a serem realizadas até o final deste período legislativo, em Comissão geral de Plenário para discussão e votação dos projetos de lei a seguir relacionados: 741/2002, 728/2002 e 662/2001. **Arquive-se. Não acatado pela Mesa.**

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, muito embora tenhamos executado um trabalho grande com respeito à Organização Judiciária e chegamos a apresentar na CCJ e esta é a razão da minha Questão de Ordem, - foi apresentado o relatório final na CCJ e houve deliberação dos membros da CCJ da não apreciação deste projeto neste exercício.

Portanto, senhor presidente, eu acho que se nós votarmos por requerimento em Plenário, um projeto de lei que a própria CCJ reunida em sua totalidade de membros, depois de pedido de vistas, se julgou incompetente, incapaz por pouco prazo de julgar, estaremos votando a Organização e Divisão sem condições de apreciação mas acima de tudo, estaremos desrespeitando uma situação tirada por unanimidade da CCJ que determinou a não apreciação deste projeto neste Turno. Portanto, este projeto continua na CCJ e portanto, não pode ser votado em Plenário.

Eu gostaria que V. Exa. retirasse esse item da pauta que está sendo requerida para votação em Comissão Geral.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós vamos acatar a decisão da CCJ e não vamos analisar este projeto neste período legislativo.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Eu agradeço, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Determino o arquivamento deste requerimento.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Eu respeito a decisão de V. Exa., não questiono mas eu queria apelar a V. Exa., para que o requerimento não fosse arquivado. Somente o 3º item que fosse excluído e que prevalecesse o requerimento sobre os dois primeiros itens.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Temos outro requerimento no mesmo sentido que vamos anunciar agora.

Estamos recebendo aqui também e que deverá ser votado amanhã, requerimento nº 2673, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, com apoio dos senhores deputados Plauto Miró Guimarães, Duílio

Genari, Valdir Rossoni, Luiz Accorsi e demais senhores deputados constante do expediente, solicitando transformação de Sessão Plenária em Comissão Geral de Plenário para votação dos Projetos de Lei relacionados a seguir: 741/2002 que cria cargo de Procurador Geral do TC - e o 728 que altera os limites do Parque. **Recebido na forma do Requerimento conforme o artigo 107 do Regimento Interno. Será votado amanhã.**

Solicito a distribuição das cópias do requerimento.

Requerimento nº 2664, de autoria do senhor deputado Antonio Baratter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2666, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2667, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2668, de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2671, de autoria do senhor deputado Renato Gaúcho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2674, 2675 e 2676, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 12, às 9h30min com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 121 e 133/2002.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 696 e 740/2002.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 200, 688 e 741/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 264, 479, 640, 649, 742, 743, 744, 745, 746, 748, 752 e 771/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 263/2000 e 468/2002.

Levante-se a Sessão.